



Eixo: Serviço Social, fundamentos, formação e trabalho profissional.
Sub-eixo: Trabalho profissional.

CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO: PRINCIPAIS REQUISIÇÕES E PERFIL PROFISSIONAL

EDNA MARIA COIMBRA DE ABREU¹

Resumo: Apresentam-se considerações a respeito do trabalho dos Assistentes Sociais nos Institutos Federais de Educação a partir da expansão da Educação Profissional e Tecnológica. Entendendo que, como profissão socialmente necessária, o Serviço Social inscreve-se na divisão social e técnica do trabalho e está sujeito às mediações da totalidade social, percebe-se essa expansão como um dos principais determinantes da ampliação da educação como espaço sócio-ocupacional para o Serviço Social. Desse modo, são feitas reflexões a respeito das principais requisições para o Serviço Social nessas instituições e apresenta-se um perfil dos Assistentes Sociais que atuam nas mesmas, além de algumas considerações finais.

Palavras-chave: Trabalho; Serviço Social; Educação; Requisições profissionais; perfil profissional.

Abstract: Considerations about the work of Social Workers in Federal Institutes of Education are presented based on the expansion of Professional and Technological Education. Understanding that, as a socially necessary profession, Social Work is part of the social and technical division of labor and is subject to the mediations of social totality, this expansion is noticed as one of the main determinants of the expansion of education as a socio-occupational space for the Social Work. In this way, reflections are made on the main requisites for Social Work in these institutions and a profile of the Social Assistants who work on them is presented, along with some final considerations.

Keywords: Work; Social service; Education; Professional requisitions; Professional Profile.

1 INTRODUÇÃO

A expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica se insere no contexto das transformações em curso na atualidade, sendo permeada pela disputa entre interesses contraditórios que caracteriza as relações sociais de produção numa sociedade capitalista. Existe uma relação orgânica entre os processos educacionais e de formação humana e o processo de produção e de trabalho. Desse modo, historicamente, nas reformas

¹ Profissional de Serviço Social. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão. E-mail: <ednacoimbra@ifma.edu.br>.

educacionais brasileiras têm predominado os interesses das classes dirigentes, especialmente nas definições acerca da Política de Educação Profissional e Tecnológica.

No início do Governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva foram tomadas medidas importantes no âmbito da Política de Educação Profissional e Tecnológica, entre elas a publicação do Decreto N° 5.154/04, que veio substituir o Decreto N° 2.208/97. Ainda em 2004, as instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica adquiriram autonomia para criarem e implantarem cursos nos diversos níveis de educação profissional e tecnológica. Na ótica desse governo, a partir de 2003 instala-se uma política que prioriza a responsabilidade social como fio condutor de suas ações e, reconhecendo a potencialidade estratégica dessas instituições, pretende articular a educação profissional e tecnológica a um novo projeto de nação. Nesse sentido,

a expansão da educação profissional e tecnológica integra-se à agenda pública que prevê a presença do Estado na consolidação da política de educação no campo da escolarização e da profissionalização. Assume, portanto, o ideário da educação como direito e da afirmação de um projeto societário que corrobore uma inclusão social emancipatória (INSTITUTO..., 2008, p. 16).

Desse modo, considerando a visão difundida pela ideologia dominante de que o desemprego é decorrente da falta de qualificação dos trabalhadores e de que a escolaridade e, portanto, a educação tem o poder de viabilizar a inserção das pessoas no mundo do trabalho, bem como o desenvolvimento econômico do país², a expansão da educação profissional e tecnológica insere-se no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) e é uma alternativa para atender às demandas por educação profissional e tecnológica.

A criação e implementação dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia é a ação mais importante do processo de expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica. A Lei N° 11.892, de 29 de dezembro de 2008, institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia -

² Essa visão se fundamenta na Teoria do Capital Humano, segundo a qual a educação teria o poder de promover o desenvolvimento das nações e a ascensão social dos indivíduos, pensamento que ganhou novo impulso na atualidade.

Institutos Federais. A Rede é constituída por esses Institutos, pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), pelos Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ) e de Minas Gerais (CEFET-MG) e pelas Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais. Foram criados 38 Institutos Federais em todo o país, que foram constituídos em cada estado pela integração voluntária entre os Centros Federais de Educação, Escolas Técnicas e Escolas Agrotécnicas.

Para o Governo Federal,

essa modalidade de educação vem sendo considerada como fator estratégico não apenas na compreensão da necessidade de desenvolvimento nacional, mas também como um fator para fortalecer o processo de inserção cidadã para milhões de brasileiros [...]. O Instituto Federal aponta para um novo tipo de instituição identificada e comprometida com o projeto de sociedade em curso no país. [...]. Trata-se, portanto, de uma estratégia de ação política e de transformação social (INSTITUTO..., 2008, p. 21).

A expansão **da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica** ocorreu nos governos do Presidente Luís Inácio Lula da Silva e da Presidenta Dilma Rousseff. Na primeira fase da expansão, que iniciou em 2006 e foi até 2010, foram criadas 214 (duzentas e quatorze) novas unidades e na segunda, de 2011 a 2014, foram criadas 208 (duzentas e oito). De 2015 a 2016 foram criadas mais 61, chegando ao total de 644 unidades. De 119 municípios atendidos até 2002, chegou-se ao número de 568 em 2016.

A expansão da Educação Profissional e Tecnológica tem sido apontada como um dos principais determinantes da ampliação da educação como espaço sócio-ocupacional para o Serviço Social. A organização de serviços para atendimento das necessidades básicas dos alunos no intuito de favorecer o acesso, a permanência e o êxito na educação escolarizada tem se constituído uma relevante requisição para a profissão nesse contexto. Neste artigo, que faz parte de uma Tese de Doutorado em Políticas Públicas, são feitas algumas reflexões a respeito das requisições para o Serviço Social nos Institutos Federais de Educação, principalmente a partir da referida expansão, bem como se apresenta um perfil dos Assistentes Sociais que atuam nessas instituições.

2 AS PRINCIPAIS DEMANDAS PROFISSIONAIS E O PERFIL DOS ASSISTENTES SOCIAIS QUE TRABALHAM NOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO

2.1 As principais requisições para o Serviço Social nos Institutos Federais de Educação

A implantação do Serviço Social nos Institutos Federais também se concentrou nas décadas de 2000 e 2010 (conforme Tabela 1), período em que, como mencionado acima, ocorreu, de fato, a expansão da Educação Profissional e Tecnológica.

Tabela 1 - Período de implantação do Serviço Social nos Institutos Federais de Educação.

Período de implantação	%
Até a década de 1970	2,88
Década de 1980	3,84
Década de 1990	0,96
Década de 2000	30,77
Década de 2010	53,85
Não informou	7,70
Total	100

Fonte: Tabela elaborada com base em dados obtidos pela autora através da aplicação de questionário eletrônico.

A ampliação do quadro de Assistentes Sociais é também um dado revelador do crescimento das demandas e da importância que passou a assumir esse espaço sócio-ocupacional para o Serviço Social a partir da expansão. A tabela 2 nos mostra que a inserção dos Assistentes Sociais nos Institutos Federais de Educação ocorreu principalmente há até 10 anos, 96,15%, enquanto somente 3,85% atuam nessas instituições há mais de 10 anos (pesquisa realizada no segundo semestre de 2016).

Tabela 2 - Tempo de atuação como assistente social no âmbito da Política de Educação Profissional e Tecnológica

Tempo de atuação	%
Até 10 anos	96,15
Mais de 10 anos	3,85
Total	100

Fonte: Tabela elaborada com base em dados obtidos pela autora através da aplicação de questionário eletrônico.

No documento que expõe a concepção e as diretrizes dos Institutos Federais de Educação, esses são vistos como bens públicos, que concebidos e criados em função da sociedade e na perspectiva de sua transformação, “respondem à necessidade da institucionalização definitiva da Educação Profissional como política pública” (INSTITUTO..., 2008, p.22). É como política pública que “assumem o papel de agentes colaboradores na estruturação das políticas públicas para a região que polarizam, estabelecendo uma interação mais direta junto ao poder público e às comunidades locais” (INSTITUTO..., 2008, p. 21).

O documento pontua que historicamente essas instituições foram direcionadas pelos governos ao atendimento às necessidades do mercado em favor do crescimento econômico. Também faz parte de sua história o desenvolvimento de ações voltadas para a inclusão social³, mesmo quando não definidas por uma política de governo. Reconhece então, no interior dessa política, a existência de uma correlação de forças entre os setores que a colocavam a serviço da acumulação capitalista e um movimento interno que a via como possibilidade para a criação de oportunidades e redução das desigualdades, o que a caracteriza como uma política compensatória.

Esse caráter compensatório é claramente explicitado naquela que é considerada sua função mais importante:

O papel que está previsto para os Institutos Federais é o de garantir a perenidade das ações que visem a incorporar, antes de tudo, setores sociais que historicamente foram alijados dos processos de desenvolvimento e modernização do Brasil, o que legitima e justifica a importância de sua natureza pública e afirma uma educação profissional e tecnológica como instrumento realmente vigoroso na construção e resgate da cidadania e da transformação social (INSTITUTO..., 2008, p. 23).

Nessa ótica, a relação dos Institutos com a realidade na qual estão inseridos tem como objetivo a busca de soluções para a situação de “exclusão” que assola o país. Essa exclusão “se refere ao direito aos bens sociais e, em especial, à educação” (INSTITUTO..., 2008, p. 24). Percebe-se a grande ênfase que é conferida a essa política como promotora de “inclusão social”,

³ O termo “inclusão”, em evidência nos debates e nos discursos oficiais acerca do combate à pobreza, mascara a origem das desigualdades sociais e coloca no indivíduo a responsabilidade pela superação das consequências da questão social decorrente das mesmas.

baseando-se na crença de que o acesso à educação possibilita o acesso ao trabalho e, conseqüentemente, aos direitos sociais.

As necessidades do mundo da produção e do trabalho sempre foram determinantes das políticas voltadas para a formação profissional. Entretanto, na perspectiva dos Institutos, essas políticas, pautadas na relação entre educação e trabalho, devem extrapolar o aspecto econômico e buscar articulação com as políticas de inclusão em andamento no país. Nesse contexto, os formuladores dessa política defendem que a educação “deve incorporar todas as dimensões educativas que ocorrem no âmbito das relações sociais que objetivam a formação humana nas dimensões social, política e produtiva” (PARANÁ, 2006, apud INSTITUTO..., 2008, p. 34). “Isso significa tomar o trabalho como princípio educativo e como categoria orientadora das políticas de educação profissional e tecnológica” (INSTITUTO..., 2008, p. 34).

A concepção adotada pelos Institutos Federais é de que a educação para o trabalho é

potencializadora do ser humano enquanto integralidade, no desenvolvimento de sua capacidade de gerar conhecimento a partir de uma prática interativa com a realidade, na perspectiva de sua emancipação, [...] de uma sociedade mais democrática e inclusiva (INSTITUTO..., 2008, p. 34).

Por outro lado, deve-se considerar que a sociedade capitalista se funda nas relações contraditórias que se estabelecem entre as classes sociais que a constituem e que a construção de uma política não é apenas resultado da ação do Estado visando a legitimação dos interesses dominantes, mas também resulta da luta da classe trabalhadora pelos seus direitos. Desse modo, entende-se que a expansão da educação profissional vem atender também aos anseios da classe trabalhadora por educação e por profissionalização. Como e se, de fato, isso está ocorrendo é algo que ainda precisa ser analisado.

A expansão da Educação Profissional e Tecnológica e a criação dos Institutos Federais de Educação têm como fundamento para condução de suas ações uma perspectiva de inclusão social. Nesse sentido, tem como propósito o combate às desigualdades sociais através de ações que possibilitem a incorporação de setores historicamente aliados do desenvolvimento do país (INSTITUTO..., 2008, p. 23). Isso revela que essa expansão é concebida como

mecanismo de resgate de uma dívida social com esses setores, o que reafirma seu caráter compensatório. Nesse sentido, o acordo entre a SETEC e os Institutos destaca, novamente, a necessidade do fortalecimento de políticas de inclusão, na perspectiva de que essa expansão possa

repercutir de modo imperativo nas condições de vida de grupos em desvantagem social.

Espera-se com os Institutos Federais atender cada vez mais aos alunos oriundos de camadas mais pobres da população. Por isso, faz-se necessário promover ações afirmativas voltadas à democratização do ingresso, à permanência e êxito e à inserção sócio-profissional dos egressos. Nesse sentido, é preciso assegurar a implementação de políticas de assistência estudantil, a fim de atender às necessidades básicas de alimentação, material didático-pedagógico, transporte, apoio psico-pedagógico, saúde, moradia, esporte, cultura, lazer, inclusão digital, dentre outras condições (FÓRUM DE DIRIGENTES DE ENSINO, 2010, p. 9).

Assim sendo, o alcance do objetivo de promover a *inclusão social* requer a adoção de medidas que levem à criação das condições objetivas necessárias a sua concretização. Criar essas condições passa pela “institucionalização e consolidação, no âmbito da política de educação, de ações e iniciativas que configurem uma política pública centrada no atendimento às condições de acesso e permanência do corpo discente nos distintos níveis e modalidades de ensino” (MORAES; LIMA, 2011, p. 11).

No âmbito dos Institutos Federais, essa é uma das mais importantes demandas para o Serviço Social: 75% dos participantes da pesquisa realizada, para fundamentação deste estudo, apontaram essa como a principal demanda para a profissão. Os eventos realizados em nível regional e/ou nacional para discussão e análise da prática cotidiana confirmam essa afirmação.

No contexto da expansão da Rede Federal, a Assistência Estudantil é concebida como estratégia para redução dos efeitos das desigualdades sociais, que comprometem o desempenho e o percurso acadêmico de estudantes provenientes de segmentos sociais cada vez mais pauperizados. Dentro deste intento, é aprovado, em 2007, o Plano Nacional de Assistência Estudantil, com o objetivo de “garantir o acesso, a permanência e a conclusão de curso dos estudantes das IFES, na perspectiva de inclusão social, formação ampliada, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida” (FÓRUM DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS, 2007, p. 11). Apesar da proposição de implantar esse Plano

em 2007, somente em 19 de julho de 2010 foi promulgado o Decreto Nº 7.234, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), o qual institui os seguintes objetivos no seu Art. 2º:

I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010, p. 1).

Sem dúvida, as mudanças decorrentes da referida expansão atingem a instituição como um todo e compreendem desde a ampliação dos níveis e modalidades de ensino até a estrutura física e organizacional. Consequentemente, repercute nas ações referentes à assistência estudantil, assim como nas requisições para os assistentes sociais.

Entre as novas demandas surgidas, destaca-se que o novo modelo de seleção para a Graduação, através do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, no qual há um deslocamento de estudantes entre os estados brasileiros, colocou a necessidade de pensar a questão da moradia. Ressalta-se ainda que a saída do estudante do seu contexto familiar pode contribuir para agravar as condições de satisfação de suas necessidades básicas, como alimentação e transporte, entre outras. As mudanças relativas à Assistência Estudantil têm como ponto de partida a destinação de maior investimento financeiro para essa Política, possibilitando a ampliação do alcance e a implementação de novos projetos, nem sempre sob as condições adequadas.

É relevante destacar que a requisição do assistente social por essa política não é somente no nível de execução, o profissional é chamado, também, para atuar no planejamento e gestão dos programas, projetos e serviços referentes a assistência estudantil.

A ampliação das demandas referentes à assistência estudantil repercutiu na configuração de outras dimensões do trabalho dos assistentes sociais nos Institutos Federais. Além do caráter compensatório, a Política de Assistência Estudantil é focalizada para os estudantes em situação de “vulnerabilidade social”⁴, imprimindo-lhe também o caráter seletivo.

⁴ O termo “vulnerabilidade social”, bastante utilizado na atualidade, se refere a situações vivenciadas pelos indivíduos em decorrência da condição de pobreza. Essa concepção, na compreensão deste estudo, naturaliza essa condição de pobreza e a desvincula das relações entre as classes sociais.

Essa assertiva suscita algumas reflexões acerca dessa política: a primeira delas é que a caracterização dos estudantes a serem atendidos como “em situação de vulnerabilidade social” mascara o pertencimento de classe, assim como a pretensa “inclusão social”⁵ propagada na sua teleologia mascara a origem da desigualdade social, transferindo para o indivíduo a responsabilidade pela não inclusão; a outra, é que a seletividade imposta pela focalização não está de acordo com o princípio da universalização proposto pelo Projeto Ético-Político e pela Constituição de 1988.

A repercussão em outras dimensões do trabalho profissional justifica-se, também, pela questão da seletividade. Um primeiro aspecto a considerar é que a ampliação de programas focalizados incidiu na dimensão investigativa, visto que aumentou bastante a demanda pela realização de estudos socioeconômicos como parte dos processos seletivos para inserção nesses programas. Seguramente, essa é apenas uma das atividades dessa dimensão, que deve ter como propósito um conhecimento amplo da realidade institucional em todas as suas nuances como fundamentação para o planejamento de ações profissionais.

Por outro lado, essa mesma seletividade coloca em evidência a questão da assistência estudantil e do acesso à educação escolarizada como direitos sociais e isso tem aumentado também a necessidade e a possibilidade de trabalhar na perspectiva de fortalecer o movimento estudantil e de pais no processo de organização e luta pela universalização dos mesmos.

A totalidade social é a base para o entendimento das relações estabelecidas na escola, onde também se efetiva o processo de constituição dos direitos sociais, acredita-se que tal compreensão deve ser também a referência para que os sujeitos que atuam nas instituições educacionais trabalhem na perspectiva da ampliação e garantia de direitos. “O assistente social, na educação, é capaz de orientar e mobilizar a comunidade escolar na conquista dos seus direitos básicos” (Depoimento colhido pela autora através da aplicação de questionário eletrônico).

⁵ Na mesma lógica, o termo “inclusão social” naturaliza o processo de marginalização dos “pobres” ou “excluídos sociais”, desvinculando-os de sua condição de classe.

A perspectiva de inclusão social evidenciada no Plano de Expansão está relacionada à ideia de empregabilidade que tem orientado as políticas de educação profissional e de formação do trabalhador. A ênfase à formação por competências, visando à formação de um trabalhador com múltiplas habilidades, não é garantia de inserção no mundo do trabalho. Para a maioria essa tal empregabilidade se traduz na disponibilidade para aceitar qualquer emprego que lhe proporcione o mínimo de condições para sua sobrevivência, num mundo do trabalho em processo de precarização, e nem isso lhe é absolutamente garantido.

Apesar dessa compreensão, é imprescindível considerar a importância da educação no processo de crescimento pessoal e das sociedades. Tanto isso é verdade que sua constituição como direito social resulta da luta dos trabalhadores por sua emancipação. Nessa perspectiva, o acesso à educação constitui-se interesse e necessidade dessa classe na luta por melhores condições de vida. Assim, a Assistência Estudantil tem sua importância nessa luta pela ampliação e garantia de direitos e não deve se limitar meramente à concessão de benefícios. Nessa direção, deve ser pensada em articulação com o projeto pedagógico da instituição, visando o exercício da cidadania.

Nessa perspectiva é que ganha destaque a dimensão educativa que caracteriza a função pedagógica da intervenção profissional do assistente social. Estando presente em todas as ações desenvolvidas, a dimensão educativa adquire caráter especial no contexto educacional, com particular ênfase no âmbito da expansão da educação profissional e tecnológica. Sabe-se que a reivindicação institucional, geralmente, é de que a atuação do assistente social seja numa perspectiva socializadora para a formação de hábitos e atitudes visando ao ajustamento de alunos que estejam com problemas comportamentais e/ou de ordem familiar, entre outros, que estejam interferindo no processo ensino-aprendizagem, além de reforçar a preparação do trabalhador adequado para inserção no mercado de trabalho. Nessa lógica, o assistente social é um dos profissionais requisitados para a realização de atividades de caráter socioeducativo.

De outro ponto de vista, como abordado anteriormente, o agravamento da questão social ampliou a manifestação de suas expressões na totalidade social. No espaço educacional, a influência dessas expressões é intensificada pela forma como as vivências são experienciadas pela juventude, ainda em processo de amadurecimento, tornando-a mais suscetível aos resultados negativos de uma completa inversão de valores que se observa na atualidade, quando se vivencia uma ênfase desenfreada ao individualismo, ao consumismo e ao hedonismo. Verifica-se na contemporaneidade o acirramento do preconceito contra as minorias, a cultura do ódio, o tráfico e o uso de drogas, a violência indiscriminada, entre outros fatores aos quais as pessoas estão expostas diariamente.

Sendo assim, existe realmente uma demanda por essas atividades no âmbito dos Institutos Federais de Educação. Entretanto, elas podem ser realizadas na perspectiva de ajustamento individual e/ou reintegração social, ou visando a formação integral do estudante através do fortalecimento de valores que contribuam para que essa formação possa gerar cidadãos críticos e que saibam se posicionar diante da vida. Essas ações podem se voltar, por exemplo, para o fortalecimento da organização e da luta dos estudantes pelo exercício dos seus direitos enquanto tal.

As abordagens individuais aos alunos e suas famílias e aos trabalhadores da instituição constituem outra requisição importante nesse campo de atuação, além de estarem relacionadas a essas questões. Essa é uma demanda para o Serviço Social desde a sua origem e é também atravessada por polêmicas referentes à perspectiva sob a qual é realizada (pois pode assumir uma conotação psicologizante) e à finalidade de sua efetivação. Na ótica do Projeto Ético-Político deve ser um mecanismo para identificar “situações de ameaça, violação e não acesso aos direitos sociais, humanos e à própria educação” (CFESS, 2012, p. 51) visando o seu enfrentamento.

O trabalho interdisciplinar tem sido uma demanda crescente nos Institutos Federais. Embora sua prática seja anterior à expansão, a implementação do PNAES coloca a necessidade de uma equipe mínima para a efetivação da assistência estudantil, o que fomenta essa ampliação.

Igualmente, a realização dessas atividades socioeducativas e as abordagens individuais envolvem questões e aspectos de competência de outras profissões, evidenciando a necessidade da busca de alianças com professores, pedagogos, psicólogos, médicos, enfermeiros e outros profissionais afins, gestores, setores e outras instituições que compõem a rede sócio-assistencial do município.

É importante registrar que na pesquisa realizada, as principais demandas apontadas pelos assistentes sociais foram referentes à assistência estudantil, às atividades socioeducativas, ao acompanhamento a alunos com situações diversas e outras, que incluem as pessoas que indicaram várias demandas como principais. 75 % dos participantes indicaram as **ações referentes à assistência estudantil** como uma das principais requisições para o Serviço Social. Além disso, 50,96% apontaram o **acompanhamento a alunos em situações diversas** entre as principais demandas para a profissão e 15,38% se referiram especificamente às **atividades socioeducativas**. Na verdade, são muitas as demandas no cotidiano institucional, que foram sistematizadas nesses três eixos principais.

2.2 O perfil dos assistentes sociais que atuam nos Institutos Federais de Educação

Indubitavelmente, a expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica é um dos principais determinantes da ampliação das requisições para o Serviço Social no âmbito da Política de Educação. Concretamente, isso representa um grande aumento do número de assistentes sociais nesse contexto.

De acordo com os dados obtidos, a maioria encontra-se na faixa etária de 23 a 39 anos, sendo que, entre esses, 48,08% possuem de 30 à 39 anos e 25%, de 23 a 29 anos. Somente 6,73% possuem 50 anos ou mais. Esses dados, que evidenciam grande percentual de pessoas com menos idade, são coerentes com o fato de que a expansão iniciou em 2006, quando começou a aumentar o número de profissionais de todas as áreas.

Tabela 3 - Faixa etária e sexo dos Assistentes Sociais dos Institutos Federais

Faixa etária	%
--------------	---

23 à 29 anos	25,00%
30 à 39 anos	48,08%
40 à 49 anos	18,27%
50 à 56 anos	6,73%
Não respondeu	1,92%
Sexo	
Feminino	93,27%
Masculino	6,73%
Total	100%

Fonte: Tabela elaborada com base em dados obtidos pela autora através da aplicação de questionário eletrônico.

Em relação ao sexo, os dados informam que os Institutos Federais acompanham a realidade nacional, onde há uma grande predominância de profissionais do sexo feminino, no caso, 93,27%.

Apesar do relevante crescimento do ensino privado, a maioria dos assistentes sociais cursou a graduação em Faculdade de caráter público (67,31%) e possui até 10 anos de formada (64,42%). Ainda em coerência com o período recente da expansão, apenas 7,69% têm mais de 20 e até 30 anos de conclusão de curso e somente 0,96% concluiu o curso há mais de 30 anos.

Tabela 4 - Tipo de instituição de ensino e tempo de graduação

Tipo de instituição de ensino	%
Pública	67,31
Privada	32,69
Tempo de graduação	
Até 10 anos	64,42
Acima de 10 até 20 anos	25,97
Acima de 20 até 30 anos	7,69
Mais de 30 anos	0,96
Não respondeu	0,96
Total	100

Fonte: Tabela elaborada com base em dados obtidos pela autora através da aplicação de questionário eletrônico.

Observa-se, entre esses profissionais, o interesse em buscar capacitação, pois somente 3,88% dos participantes da pesquisa afirmaram não possuir ou não estar cursando nenhuma pós-graduação. Dentre os 96,12% que informaram essa busca, 56,31% possuem algum tipo de Especialização e 33% já concluíram Mestrado.

Tabela 5 - Pós-Graduação cursada pelos Assistentes Sociais

Pós-graduação	%
Especialização	56,31
Mestrado incompleto	4,85
Mestrado completo	33,00
Doutorado incompleto	0,98
Doutorado completo	0,98
Nenhuma	3,88
Total	100%

Fonte: Tabela elaborada com base em dados obtidos pela autora através da aplicação de questionário eletrônico.

Além dos cursos formais, a busca pela capacitação também é efetivada através de eventos realizados pela categoria ou em outras áreas. A grande maioria dos profissionais (94,3%) participou desses eventos nos últimos cinco anos sendo que, entre esses, 45,6% o fizeram com apresentação de trabalho. Outro dado relevante é que 49,5% dos participantes afirmaram ter produzido algum trabalho científico durante o mesmo período, o que inclui dissertações de mestrado.

Tabela 6 - Participação em eventos da categoria ou da área da educação nos últimos cinco anos, apresentação de trabalhos em eventos da categoria ou da área da educação nos últimos cinco anos e produção científica nos últimos cinco anos.

Participação em eventos	%
Sim	94,3
Não	5,7
Apresentação de trabalhos	
Sim	45,6
Não	54,4
Produção científica	
Sim	49,5
Não	50,5
Total	100

Fonte: Tabela elaborada com base em dados obtidos pela autora através da aplicação de questionário eletrônico.

Em relação à participação política dos assistentes sociais, as informações evidenciam que a maioria não possui filiação ou militância em partidos políticos (89,5%). A participação em sindicatos é mais representativa como filiados (55,2%), apenas 4,8% participam como militantes. No que se

refere à participação em órgão ou entidade da categoria, a militância cresce um pouco (8,6%), porém não é muito significativa. A maioria possui filiação (60%) e 31,4% declararam não ter nenhuma participação. Além disso, 90,5% também não participam de outro tipo de órgão ou entidade.

Tabela 7 - Participação em partidos políticos, sindicatos, órgão/entidade da categoria e em outro tipo de órgão ou entidade.

Participação em partido político	%
Como filiado	6,7
Como militante	3,8
Não participa	89,5
Participação em sindicatos	
Como filiado	55,2
Como militante	4,8
Não participa	40,0
Participação em órgão/entidade da categoria	
Como filiado	60,0
Como militante	8,6
Não participa	31,4
Participação em outro tipo de órgão/entidade	
Como filiado	4,8
Como militante	4,8
Não participa	90,5
Total	100

Fonte: Tabela elaborada com base em dados obtidos pela autora através da aplicação de questionário eletrônico.

A maioria dos participantes está atuando profissionalmente na Região Nordeste (39,42%). A região com menor quantidade de participantes é a Centro-Oeste, com 8,65%. A maioria trabalha no interior do país (63,8%), o que pode ser explicado pelo fato de que um dos objetivos dessa expansão é justamente a interiorização da Educação Profissional e Tecnológica.

Tabela 8 - Região do país onde atua

Região onde atua	%
Norte	16,35
Nordeste	42,31
Centro-oeste	8,65
Sudeste	18,27
Sul	13,46
Não informou	0,96
Total	100

Fonte: Tabela elaborada com base em dados obtidos pela autora através da aplicação de questionário eletrônico.

Tabela 9 - Localização geográfica do Campus de atuação

Localização geográfica do Campus	%
Capital	36,2
Interior	63,8
Total	100

Fonte: Tabela elaborada com base em dados obtidos pela autora através da aplicação de questionário eletrônico.

Todos os participantes (100%) são efetivos do quadro institucional dos Institutos Federais. Em relação à carga horária de trabalho, observa-se que a despeito da lei que regulamenta 30 horas para os assistentes sociais, a maioria declarou trabalhar 40 horas por semana (60%), enquanto 35,2% trabalham 30 horas.

Tabela 10 - Vínculo funcional e carga horária semanal de trabalho

Vínculo funcional	%
Efetivo do quadro institucional	100
Contrato temporário	0
Terceirizado	0
Outros	0
Carga horária semanal	
30 horas	35,2
40 horas	60
Outra situação	4,8
Total	100

Fonte: Tabela elaborada com base em dados obtidos pela autora através da aplicação de questionário eletrônico.

3 CONCLUSÕES

Considerando que a expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica tem sido apontada como um dos principais determinantes da ampliação da educação como espaço sócio-ocupacional para o Serviço Social, identificou-se como principal requisição para os Assistentes Sociais nessas Instituições as ações relativas à dimensão de gerenciamento, planejamento e execução direta de bens e serviços, decorrentes da institucionalização da Política Nacional de Assistência Estudantil e que possui como uma forma de materialização, a implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil nas Instituições Federais de Ensino.

Nesse sentido, as demais requisições para a profissão e as dimensões do trabalho dos Assistentes Sociais devem ser vistas em articulação com essa política ou como parte integrante da mesma. A dimensão investigativa foi impulsionada pela ampliação da assistência estudantil, que aumentou a demanda por estudos socioeconômicos como parte de processos seletivos, mas que pode ganhar contornos bem mais amplos no desvelamento da realidade social enquanto totalidade.

Identificou-se ainda que existe uma demanda efetiva por ações de caráter socioeducativo e por abordagens individuais aos alunos e suas famílias e aos trabalhadores da instituição nos Institutos Federais de Educação. Essas requisições evidenciam a dimensão educativa do trabalho do assistente social, que está presente em todas as funções desempenhadas e ações desenvolvidas, mesmo quando não há clareza da função pedagógica exercida pelo profissional. Afinal, desde sua origem, o Serviço social tem atuado diretamente na formação de consensos, que, dependendo do compromisso ético-político assumido, podem favorecer os interesses dominantes ou da classe trabalhadora.

A partir das reflexões feitas, identificou-se que as requisições se concentram em três eixos principais: referentes à assistência estudantil, acompanhamento e orientação a alunos em situações diversas e atividades socioeducativas,

Em relação ao perfil dos Assistentes Sociais que atuam nos Institutos Federais, que abordou aspectos relacionados à identificação, à formação e ao exercício profissional dos mesmos, uma das conclusões a serem destacadas se refere ao fato de que a ampliação desse espaço sócio-ocupacional é muito recente, pois ocorreu somente nas duas últimas décadas, o que é coerente com o período de maior expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Outro fator de destaque é que a maioria atua na Região Nordeste e no interior do país. Um dos objetivos dessa expansão é promover o acesso à educação e à profissionalização de “setores antes alijados” do processo educacional. Sabe-se que o Brasil é marcado por uma grande desigualdade regional e o Nordeste, além de ser a região com maior número de estados,

possui os piores índices socioeconômicos, inclusive com relação ao acesso à educação e ao analfabetismo. Em termos de Institutos Federais, o maior número de unidades (campus) encontra-se nessa região, o que certamente é um fator determinante de haver maior número de profissionais nessa área.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto Nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o programa Nacional de Assistência Estudantil. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 19 jun.2010.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação**. Série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais. Brasília, DF, 2012.

FÓRUM DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS. **Plano Nacional de Assistência Estudantil**. Brasília: [s.n.], 2007.

FÓRUM DE DIRIGENTES DE ENSINO. **Termo de metas e compromissos: diretrizes gerais**. Documento elaborado pela Comissão de Indicadores a partir de estudos realizados nessa Comissão e na Comissão Termo de Metas do CONIF. Brasília, 2010.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Concepção e Diretrizes**. Brasília: PDE/SETEC, 2008.

MORAES, Michele Rodrigues de; LIMA, Gleyce Figueiredo de. **Assistencialização das políticas educacionais brasileiras**. Trabalho apresentado no V Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo: marxismo, educação e emancipação humana, Florianópolis-SC, abr. 2011.